



6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE  
+33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu  
www.ccr-s.eu

## Relatório da Reunião Técnica de 20 de Janeiro de 2016 Madrid, Ministério da Agricultura e da Pesca

### Introdução:

O Presidente do CC Sul, Aurelio Bilbao, que presidiu esta reunião, agradeceu os membros pela sua presença, bem como o Ministério Espanhol, que disponibilizou gratuitamente a sala para a reunião.

Em seguida, foi apresentado um breve panorama da vida dos membros. Assim, Miguel Fernández Pérez foi felicitado pela sua recente eleição à presidência da Federação das Cofradias da Cantábria e Gonçalo Carvalho, representante da ONG Portuguesa SCIAENA, foi apresentado, na qualidade de novo membro. Por fim, Luis Vicente, novo representante da ADAPI, foi, por sua vez, apresentado.

Em seguida, foi observado um minuto de silêncio em memória de Antonio Cabral.

A ordem do dia foi apresentada e validada.

O Secretário-Geral apresentou brevemente os factores que tinham levado o secretariado a alterar a sua organização habitual, realçando que se tratava de uma situação excepcional.

### Notícias Comunitárias:

#### Balanço da Plenária da ICCAT

O Presidente do Grupo de Trabalho Espécies Pelágicas, Enrique Paz, apresentou, enquanto representante oficial do CC Sul durante a plenária do ICCAT, as principais conclusões adoptadas:

- Possibilidades de Pesca para o atum rabilho: Foi aplicado o acordo do ano passado (+20%), mesmo se, em tempo real, as possibilidades de pesca europeias não aumentarão exactamente segundo essa percentagem. Convém notar que, afinal, não haverá avaliação científica em 2016, o que induzirá muito provavelmente a aplicação do referido acordo no próximo ano.
- Atum voador: Surpreendentemente - pois não foi evocada durante a reunião preparatória - uma iniciativa europeia permitiu a adopção de uma recomendação relativa a uma regra de exploração genérica para este stock. Em 2016, essa regra deverá ser definida com precisão.
- Controlo do Atum Rabilho: A declaração electrónica das capturas de atum rabilho tornar-se-á obrigatória para todos os navios em 2016. Para além disso, as normas





6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE  
+33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu  
www.ccr-s.eu

de controlo para as pescarias dirigidas ao atum rabilho, serão reforçadas, com a declaração do peso individual das capturas.

- Proibição do *Finning*: Mais uma vez, não houve qualquer avanço este ano, principalmente, por causa do Japão.

G. Rita lamentou que os interesses das Regiões UltraPeriféricas Portuguesas não fossem levados em consideração no âmbito dessas negociações. Mais especificamente, constata-se que as decisões tomadas prejudicam essas frotas, no que respeita ao Golfo da Guiné e aos dispositivos de concentração de peixes. G. Rita também salientou a extrema importância da atribuição e repartição das possibilidades de pesca de Atuns Patudos para as frotas das RUP Portuguesas, pelo que pediu aos decisores institucionais para tomarem decisões com o menor impacto possível para essas frotas.

Os membros ressaltaram a importância dos trabalhos a desenvolver sobre o atum voador e quão essencial era envolverem-se nesses mesmos trabalhos, pelo que seria aconselhável uma aproximação dos institutos científicos competentes, nomeadamente para se ter uma visão mais clara das expectativas e da agenda de trabalho e dar assim um maior impulso às nossas propostas.

### Balanço do Conselho de Ministros

Vários pontos de vista foram expressos relativamente a este ponto. Globalmente, os membros lamentaram a variabilidade inter-anual das possibilidades de pesca, que impossibilita qualquer tentativa de explicação junto dos pescadores. Apesar de se inscreverem no âmbito do alcance do MSY, é frequente observarem-se diminuições sensíveis após aumentos significativos. Para além disso, a ausência de ligação directa entre os níveis de abundância e o nível dos TACs adoptados é tida como prejudicial pelo sector. Também foi realçado que várias diminuições, pouco significativas em termos de percentagens, podiam dar lugar a fortes impactos económicos, podendo anular algumas possibilidades de reporte. O desenvolvimento de regras de exploração afigura-se mais uma vez como a questão fulcral, em torno da qual o CC Sul terá de ser uma força proactiva. Para tal, foi proposto assentar, por exemplo, a gestão do stock de pescada do Sul numa gestão trimestral, apesar de não ter sido validado por todas as partes.

Para além disso, foram recentemente disponibilizados novos trabalhos científicos (revisão do valor  $F_{msy}$  “mediano”, avaliador de MSY para os stocks não analíticos). Tendo em conta o impacto dos mesmos na gestão, será necessário analisar mais precisamente o destino a dar aos referidos trabalhos.

Foi, mais uma vez, denunciada a aplicação “parcelar” do plano de recuperação da Pescada Austral.





6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE  
+33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu  
www.ccr-s.eu

## **Implementação da Obrigação de Desembarque:**

### Panorama da situação actual

O Secretário-Geral começou por especificar que o Regulamento Delegado, com valor de “Plano Rejeições” para 2016 tinha sido recentemente adoptado. Uma vez mais, esse regulamento seguiu de perto a recomendação do Grupo de Estados Membros, facto que é de saudar, tendo esta sido maioritariamente apoiada pelo CC Sul.

O Secretário-Geral interrogou os membros, no sentido de saber, de que maneira, dois pontos específicos (isenção por sobrevivência para o lagostim validada por um só ano, estabelecimento de listas de navios abrangidos) tinham sido abordados.

No que respeita ao lagostim, a AGLIA indicou que, este ano, levaria a cabo testes, cujos resultados somente estarão disponíveis em Agosto. Pretendeu-se que essa informação fosse comunicada à Comissão.

Relativamente ao estabelecimento das listas de navios, salientou-se que essa tarefa tinha sido bastante complexa, tendo em conta os textos de referência serem pouco precisos.

### Balanço da implementação em 2015

O Secretário-Geral fez uma breve síntese da carta enviada pela DG MARE sobre esse assunto, sugerindo que se partilhassem os elementos do balanço durante a reunião, de modo a satisfazer esse pedido.

Começando por referir previamente que a implementação tinha sido efectuada de maneira um pouco errática, devido à adopção tardia do Regulamento Omnibus, os membros avançaram os seguintes elementos:

- Definição das Pescarias: Foi ressaltado que a OD em 2015 só tinha abrangido frotas com taxas de rejeições baixas, globalmente pouco expostas. A limitação dessa implantação foi considerada conveniente.
- Isenção de Minimis: As taxas definidas pelo regulamento delegado, dito “Plano Rejeições” 1394/2014 foram consideradas satisfatórias.
- A isenção por Sobrevivência atribuída às frotas que actuam com rede de cerco também contribui felizmente para a implementação da OD, permitindo soltar capturas de espécies acessórias não-alvo.
- Declaração das capturas: As estruturas de Pescas Profissionais informaram os respectivos pescadores da obrigatoriedade da declaração de todas as capturas
- Para além disso, as Administrações Nacionais ou as estruturas pesqueiras lavraram fichas explicativas/informativas, de modo a informar, de maneira prática, os pescadores, quanto às suas novas obrigações
- Para além disso, estão a decorrer programas de melhoria da selectividade nas águas do CC SUL, sendo esse eixo de trabalho uma das melhores soluções para acompanhar esta evolução regulamentar.





6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE  
+33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu  
www.ccr-s.eu

Globalmente, foi repetido várias vezes que a implementação dessa nova obrigação tinha sido efectuada “sem transtornos”. Com base nos *feedbacks* expressos durante a reunião, essa situação parece dever-se, em grande parte às disposições constantes do Regulamento de Execução “Plano Rejeições” 1394/2014.

### Preparação do “Plano Rejeições” para 2017:

O Secretariado lembrou que, neste 1º semestre, conviria tomar posição relativamente ao prosseguimento do desenvolvimento da OD (novas espécies? novas pescarias?), tal como pretendido pelo Grupo de Estados Membros e tomar posição, também, relativamente a certos mecanismos de acompanhamento da Obrigação de Desembarque.

No que respeita ao prosseguimento do desenvolvimento da OD, foi solicitada a opinião dos representantes do sector e respectivos comentários acerca da carta redigida há pouco pela AEOP. J. Lamothe explicou que o sector não podia continuar a envolver-se sem uma maior visibilidade e determinadas garantias. Manifestou, assim, o desejo de se proceder a uma pausa em 2017, para se estabelecer um primeiro balanço. O sector espanhol indicou ter já iniciado reflexões, salientando que a proposta francesa fazia sentido. O sector português também subscreveu a essa abordagem.

O Grupo de Estados Membros será, por conseguinte, interrogado quanto à possibilidade de se realizar uma pausa durante a fase de desenvolvimento, com vista à realização de um primeiro balanço.

O Secretário-Geral fez em seguida uma breve síntese da nota de reflexão redigida nesse âmbito. Após ter especificado que se tratava apenas de uma conceptualização das questões essenciais, falou pormenorizadamente de determinados limites identificados para a aplicação da OD, bem como de potenciais novas soluções.

Foram expressos poucos *feedbacks* acerca do documento, tendo este, no entanto, sido considerado como sendo ambicioso. Foi mencionado que o exemplo da pescada ibérica apenas se destinava a ilustrar os problemas colocados pelas “*chokes species*”. Paralelamente, também foi considerado útil o prolongamento do prazo de 2 anos concedido através do Regulamento Omnibus, no que respeita à qualificação de “infracção grave”.

Mais globalmente, caberá aos membros usarem ou não esse documento posteriormente.

### Mecanismos de acompanhamento da OD – Ponto de informação sobre o procedimento de adaptação das quotas (“*quota uplift*”)

R. ATAIDE apresentou o método utilizado para a definição das possibilidades de pesca em 2016. De facto, o método deverá, para este e os próximos anos, não só cobrir os desembarques, como também as capturas realizadas por pescarias submetidas à obrigação de desembarque.





6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE  
+33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu  
www.ccr-s.eu

Tinham, por isso, de ser concebidos novos mecanismos, que a Comissão e o Grupo Técnico oriundo do Conselho de Ministros debateram longamente durante o Outono. Foi possível chegar a um acordo técnico. Quando certos níveis de captura tiveram de ser adaptados nesse sentido, o método de cálculo usado baseou-se numa dupla subtracção. Aos níveis de captura recomendados pelo CIEM/CSSTEP, baseando-se na hipótese de que todas as capturas serão desembarcadas, foram retirados os níveis de rejeições realizados pelas fotas não submetidas à OD, bem como as quantidades potencialmente rejeitadas através da isenção de Minimis.

Contudo, o método de cálculo é complexo, pelo que foram muitos os membros a solicitarem esclarecimentos. Considerou-se que seriam necessárias explicações adicionais para uma análise mais ponderada.

## **Avaliação do quadro de Controlo das Pescas**

Apresentação do processo de avaliação do Regulamento Controlo 1244/2009 pela DG MARE – V. ANGOT

V. ANGOT procedeu à apresentação e pormenorizou os principais elementos de contexto da avaliação actualmente levada a cabo. Nesta fase, nenhuma decisão foi tomada relativamente a uma eventual alteração desse quadro. Será tomada uma decisão com base nos elementos recolhidos. Para além da Consulta do Público, à qual o CC pode e deve provavelmente responder, será organizado um encontro com o Gabinete responsável pela avaliação. Nesse âmbito, agendaram-se 18 visitas de Estados Membros, de modo a debater a questão das diferenças de interpretação da norma, nomeadamente tendo em conta as especificidades das pescarias. De momento, está previsto o relatório ser transmitido ao Parlamento Europeu em Novembro. Procurar-se-á, em especial, eixos de progresso face às lógicas de Custos/Benefícios, Pertinência/Coerência e de valor acrescentado.

As discussões tanto incidiram no balanço do actual quadro de controlo das Pescas, como nas modalidades de resposta à consulta. Se os temas abordados por meio do documento de consulta foram considerados muito interessantes, foi rapidamente patente quão difícil seria tentar responder de maneira global através do CC Sul. A procura de consenso parece impossível face a determinadas questões, sem contar com o carácter arbitrário de algumas respostas.

Em termos de suportes de informação, a disponibilidade dos relatórios dos Estados Membros, será conhecida posteriormente, mediante uma resposta electrónica da Comissão. Quanto à disponibilidade de eventuais outros documentos de síntese, verificou-se que poucos documentos estavam disponíveis, tratando-se de um assunto confidencial.





6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE  
+33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu  
www.ccr-s.eu

No que respeita ao rumo a seguir em matéria de evolução do quadro regulamentar, vários membros intervieram, indicando que seria oportuno simplificar o quadro e torná-lo mais adaptado às especificidades locais.

O CC Sul emitirá um parecer sobre esse assunto, em que será incluída uma resposta às 3 últimas perguntas da consulta, bem como o documento do Secretariado “Avaliação do Regime Europeu de Controlo das Pescas: Síntese dos principais problemas de implementação constatados e estratégias de melhoria”. No que respeita às respostas às 3 perguntas, os referentes representantes de cada grande família do CC Sul deverão enviar as respectivas contribuições antes do dia 15 de Fevereiro. Optou-se por esse mesmo prazo para o comentário do documento redigido pelo Secretariado.

## Plano de Gestão

O Secretariado (A. Mousseigne) recordou os pontos principais do Parecer 98 relacionados com esse assunto e convidou a Comissão a informar os membros dos diferentes elementos de agenda e método.

A Comissão apresentou, por conseguinte, os seguintes elementos:

- Início de 2015: Reunião técnica da DG MARE e dos Estados Membros relativa aos planos plurianuais para as Águas Norte e Sul
- Apresentação de um *Non Paper* da Comissão em Fevereiro, que levava em consideração a consulta informal do CC Sul
- Meados do ano de 2015: Análise de impacto por parte do CSTEP
- Consulta pública da Comissão relativa aos planos plurianuais para as Águas Ocidentais do Sul até 15 de Setembro

Em primeiro lugar, a Comissão indicou que o estudo de impacto estava praticamente concluído. O documento de análise de impacto será, designadamente, constituído pelos trabalhos do CSTEP e os *feedbacks* da consulta pública. Numa segunda fase, uma proposta será comunicada em breve (durante o ano de 2016). A Comissão ressaltou que o plano Báltico servirá de base para a construção dos outros planos e incluirá elementos de enquadramento para a adopção posterior de actos jurídicos (actos delegados da Comissão ou propostas de medidas dos Estados Membros, no âmbito da Regionalização), bem como escalões de valor de mortalidade por pesca, autorizando uma produção segundo o MSY.

É provável que a entrada em vigor desse plano revogará algumas antigas normas (“velhos” planos de reconstituição..) que não cumpriam os objectivos da nova PCP. Não se prevêem regras de exploração nesse âmbito.

A AZTI procedeu a uma apresentação destinada a indicar como tornar medidas socioeconómicas operacionais num plano de gestão. Decerto existem restrições, que





6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE  
+33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu  
www.ccr-s.eu

parecem, contudo, superáveis, desde que as partes envolvidas tenham a possibilidade de propor certos elementos (objectivos..).

O Secretariado passou, em seguida, a apresentar os seus elementos de reflexão relativamente às regras de exploração. De modo a melhorar o quadro geral de fixação das possibilidades de pesca, em termos de visibilidade e, também, no sentido de melhor levar em consideração o aspecto socioeconómico, afigura-se necessário cobrir se não todos os stocks comerciais, pelo menos os principais stocks explorados. Numa segunda fase, convém aplicar uma certa convergência às evoluções, a fim de respeitar as composições das capturas. Por fim, um último filtro seria aplicado, com vista a certificar-se de que as frotas abrangidas se encontram realmente em situação de viabilidade económica.

Um membro salientou que o plano Báltico não cumpria os objectivos das diferentes partes envolvidas, pelo que foi perguntado à Comissão em que medida se podiam incluir regras de exploração num plano de gestão e como formalizá-las. A Comissão indicou que os escalões de mortalidade por pesca iriam permitir uma maior estabilidade das possibilidades de pesca e que as regras de exploração tinham sido excluídas das reflexões, devido ao problema institucional.

Concluindo, constata-se que os membros do CC Sul devem, em primeiro lugar, tomar posição para se tornarem uma força proactiva no que toca a essa matéria, exemplificando, nomeadamente, propostas de regras de exploração e apresentando objectivos socioeconómicos claros.

## Questões diversas

O Secretariado informou os membros dos seguintes elementos:

- As próximas reuniões dos Grupos de Trabalho estão previstas para finais de Abril, em princípio, nas Ilhas Canárias.
- No que respeita ao calendário e, de maneira mais global, foram identificados poucos locais para o próximo exercício. Todo o apoio potencial (disponibilização de salas, realização de tradução...) seria precioso, pelo que devia ser desde já procurado.

Por fim, os membros foram convidados a preencher o formulário de “*Commitment*” com a maior brevidade possível.

